



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2017-210202

**OBJETO:** Locação de 01 (um) imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, para funcionamento do Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, localizada na Travessa José Bonifácio, nº 130, Centro, neste Município.

**Base Legal:** Artigo 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

**Contratado (a):** Antenor Padilha da Rocha

**CPF:** 158.171.992-20

A Comissão de Licitação do Município de SANTA LUZIA DO PARÁ, através da PREFEITURA MUNICIPAL, consoante autorização dos Sr. EDNO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal, vem abrir o presente processo administrativo para a Locação de 01 (um) imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, para funcionamento do Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, localizado na Travessa José Bonifácio, nº 130, Centro, neste Município, para atender a necessidade da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal abaixo citado:

Art. 24 -É dispensável a licitação:

*X - Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração,*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

*cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;*

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art.24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, vejamos o que a respeito, nos ensina o Dr. Edmir Netto de Araújo:

*“Locação ou compra de imóvel para a Administração (art.24, X). este caso de dispensa de licitação dá maior destaque às necessidades de instalação e localização do imóvel que seria adquirido ou alugado para o desempenho de serviço público ou outra finalidade precípua da Administração. Por exemplo, a Procuradoria-Geral do Estado, em São Paulo, adquirir ou locar imóveis nas proximidades do Fórum central e Tribunais. Deve ser, no entanto, demonstrada essa necessidade em relação ao serviço, e realizada avaliação prévia, para que se configure que os valores são compatíveis com os de mercado.”(Edmir Netto de Araújo. Curso de Direito Administrativo, 2005. p.528).*

PREFEITURA DE  
SANTA LUZIA DO PARÁ

### CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL

A presente escolha do imóvel foi por ser o único que apresenta características que atendem à demanda da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará. O imóvel que é objeto do presente processo está localizado na Travessa José Bonifácio, Nº 130, Bairro: Centro, Santa Luzia do Pará, é valido ressaltar a inexistência de outros imóveis com características apropriadas para o serviço em tela.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação

A dispensa de licitação para a locação de imóvel se funda no Inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

- a) O imóvel locado funcionará o Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, se adequa perfeitamente para o andamento das atividades diárias da Arquivo Morto, tanto pela localização quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, conforme o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

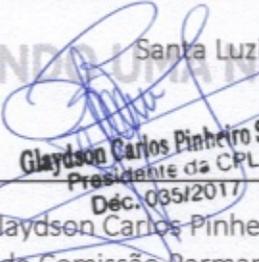
### Razão da Escolha do Fornecedor:

- a) O Contratado foi a que apresentou o melhor imóvel disponível para locação, em local que condicionou a sua escolha para prestar as finalidades precípuas da Secretaria, tanto pelo espaço físico oferecido como pelo acesso dos munícipes que utilizam dos serviços da Secretaria.

**Justificativa do Preço:** O preço contratado de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensal é compatível com os praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa a análise e posterior ratificação do Ordenador de Despesas Responsável para os fins do disposto no caput, do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Santa Luzia do Pará - PA, 23 de fevereiro de 2017.

  
Glaydson Carlos Pinheiro Silva  
Presidente da CPL  
Dec. 035/2017

\_\_\_\_\_  
Glaydson Carlos Pinheiro Silva  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Decreto Nº 035/2017